

Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil¹

Marcio Pochmann²

Apresentação

Desenvolve-se, desde a década de 70, um complexo debate acerca das profundas transformações que estariam ocorrendo nas economias avançadas em função da difusão do novo paradigma técnico-produtivo e do acirramento da competição intercapitalista. A ruptura nas tradicionais normas de produção e concorrência seria de tal ordem que evidenciaria uma mudança econômica estrutural, responsável pela constituição de uma nova composição do emprego, com maior destaque para as ocupações superiores e diretivas.

Neste cenário de fim de século, o mundo do trabalho tenderia a refletir mutações marcadas pela maior insegurança e competição. Novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional e maior capacidade motivadora e habilidades laborais no exercício do trabalho. Esses requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente através de um maior nível educacional dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a formação e o constante treinamento profissional se transformariam em uma das poucas alternativas passíveis de ação do Estado para conter o avanço do desemprego.³

Em virtude dos termos colocados pelo debate atual acerca das alterações no mundo do trabalho, realizou-se a presente pesquisa com o objetivo de apresentar um diagnóstico sobre as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil. Em síntese, procurou-se identificar quais

1 Agradecimento especial à contribuição dos colegas do CESIT: Amilton Moretto, Paulo Baltar, Waldir Quadros, Anselmo dos Santos, Edi Trindades e Gisela de Almeida.

2 Professor – UNICAMP. Instituto de Economia (IE)/Pesquisador – UNICAMP. IE. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT). *Email: pochmann@eco.unicamp.br* (tel. 019-289.1565 – fax. 019-289.1512).

3 Sobre a revisão do papel do Estado sobre o mercado de trabalho, ver Banco Mundial (1995).

seriam as ocupações profissionais que estariam sendo ampliadas ou restringidas pelo processo de reconversão da economia brasileira nos anos 90,⁴ como forma de contribuir para o debate sobre a eficácia ou não dos esforços de qualificação e treinamento voltados para o enfrentamento do grave problema de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.⁵

Para isso, desenvolve-se, na primeira parte deste estudo, uma caracterização comparada da evolução, nos últimos 70 anos, da estrutura ocupacional nas economias avançadas selecionadas e no Brasil. Na segunda parte, analisa-se o perfil das categorias ocupacionais nas grandes regiões geográficas do Brasil desde os anos 80, enquanto na terceira parte apresenta-se uma seleção das principais ocupações profissionais que estariam em alta e em baixa nos anos 90. Nas considerações finais são recuperados alguns elementos básicos do debate nacional acerca do desemprego e a qualificação profissional e do emprego e as novas profissões, explorando-os, na medida do possível, a luz das evidências empíricas apresentadas pela pesquisa.

1 As ocupações nas economias avançadas e no Brasil: caminhos diferentes

Não são desconhecidas do público especializado, as interpretações sobre as mudanças nas economias avançadas desde os anos 70, com especial enfoque nas possibilidades de constituição de uma sociedade pós-industrial. Mais recentemente, o debate acerca das transformações técnico-produtivas ganhou mais impulso com a realização de estudos empíricos sobre a evolução da estrutura do emprego sustentada pela maior expansão do setor de serviços e pela perda de participação relativa das ocupações industriais.⁶

Para uma primeira aproximação com o tema, procura-se identificar qual seria o sentido da evolução da estrutura ocupacional em países selecionados para, posteriormente, analisar as tendências das ocupações profissionais no Brasil.

4 Por reconversão econômica entende-se a transição de um projeto de industrialização voltado para o mercado interno para o projeto de inserção competitiva na economia mundial. O primeiro projeto econômico vigorou entre as décadas de 30 e de 80. O segundo teve início em 1990 no Brasil.

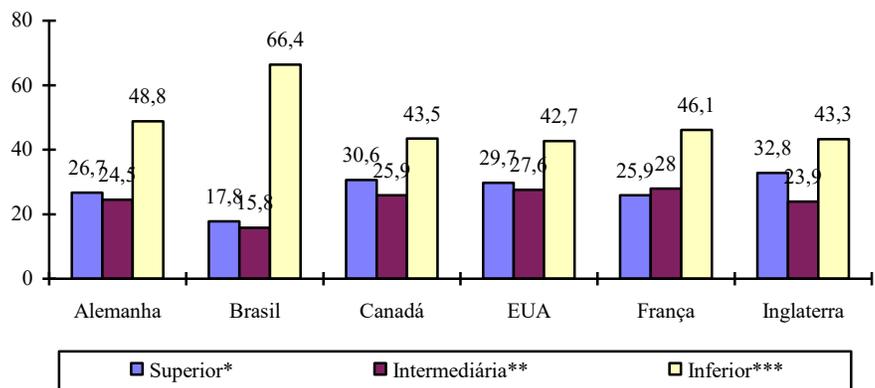
5 Sobre o movimento de desestruturação do mercado de trabalho no Brasil ver: Pochmann, 1997; Pochmann, 1998.

6 A literatura sobre as modificações nas sociedades capitalistas no final do século pode ser encontrada em Bell (1973); Touraine (1969); Lyon (1988); Forester (1987) e Monk (1987).

1.1 A mudança na composição ocupacional

O avanço na concorrência intercapitalista e a adoção de um novo paradigma tecnológico estariam provocando alterações significativas nas economias avançadas. Parece não haver dúvida sobre o crescimento da importância das ocupações caracterizadas como superiores e de postos diretivos, responsáveis pela utilização de trabalhadores com maior exigência de qualificação e escolaridade. Ao mesmo tempo, as profissões inferiores (operações simples e manuais), ainda majoritárias na estrutura ocupacional, estariam perdendo participação relativa.

Gráfico 1
Composição ocupacional em países selecionados nos anos 90 (em %)



* postos de gerência, direção, planejamento e programação e de nível superior;

** postos de controle de supervisão, operadores e administração;

*** postos de atividades simples, manuais e de execução

Fonte: OIT (1996).

Deve-se destacar, inicialmente, que há diferenças importantes entre as economias avançadas, principalmente no caso de países como a Alemanha e a França, que apesar dos avanços na adoção do novo paradigma técnico-produtivo, mantêm uma participação relativamente menor para as ocupações profissionais superiores e, por conseqüência, maior para as ocupações profissionais inferiores. O Brasil também tenderia a se distinguir da estrutura ocupacional das economias avançadas, pois apresentaria alta concentração de trabalhadores nas ocupações profissionais inferiores e baixa concentração nas ocupações profissionais intermediárias e superiores.

1.2 A queda na participação relativa das ocupações industriais

Um característica importante da mudança na estrutura da ocupação diz respeito à perda de participação relativa das ocupações industriais. A composição das ocupações – ainda que mais dependentes do chamado setor terciário – parece continuar dependendo muito do setor industrial, porém agora mais de forma indireta, já que grande parte dos novos serviços oferecidos encontram-se ligados às empresas de manufaturas.

Em outras palavras, a não existência de um expressivo setor de manufaturas dificulta o fortalecimento dos serviços modernos, especialmente aqueles vinculados ao novo padrão técnico-produtivo.⁷ Sem a industrialização plenamente desenvolvida, portanto, o setor terciário tende a ter condições pouco favoráveis para generalizar, por exemplo, as ocupações profissionais superiores e mais qualificadas. O que pode ocorrer, algumas vezes, é a utilização de trabalhadores qualificados em ocupações com menor grau de exigência profissional, como fenômeno resultante do acirramento da competição no interior do mercado de trabalho e a marginalização dos trabalhadores com baixa qualificação. Nesse caso, o fato de as ocupações estarem sendo preenchidas por trabalhadores com maior qualificação em detrimento daqueles com menor qualificação pode-se referir muito mais ao estímulo da oferta (existência de força de trabalho escolarizada) do que da demanda de mão-de-obra (empregos de baixa qualificação) (Salm, 1997).

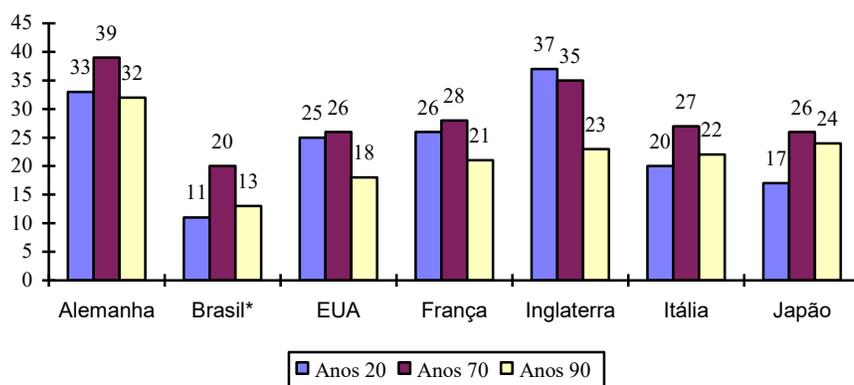
Por conta disso, merece atenção uma breve consideração acerca do comportamento comparado das ocupações no setor industrial nas economias avançadas e no Brasil para um período de tempo mais longo. A tendência de redução relativa do emprego industrial pode ser observada com maior clareza no caso da Inglaterra e, com menor ênfase, nos Estados Unidos, que nos anos 70 praticamente mantém a mesma participação do anos 20. Nos demais países, observa-se uma clara queda da participação do emprego industrial nos anos 90, após um crescimento verificado na década de 70.

No caso da Alemanha, apesar da diminuição relativa nos anos 90, a participação do emprego industrial permanece no mesmo nível da década de 20. O mesmo ocorre com Japão e Itália, que mesmo apresentando queda nos

⁷ A base material do novo paradigma técnico-produtivo estaria sustentado pela expansão do setor industrial, com expansão das ocupações profissionais no setor de serviços modernos. Ver Cohen & Zysman (1987) e De Bandt (1985).

anos 90, registram um nível ocupacional na indústria ainda superior ao da década de 20.

Gráfico 2
Evolução da participação do emprego na indústria de transformação no total das ocupações em países e anos selecionados



*=No Brasil, os dados iniciais referem-se a 1940 e não aos anos 20, como nos demais países.
Fonte: Castells & Aoyama (1994) e FIBGE.

O Brasil também registra uma diminuição na participação relativa do emprego industrial no total da ocupação no período recente. Apresenta nos anos 90 uma situação próxima à verificada na década de 40, quando o setor de manufatura ainda era primitivo e muito restrito.⁸

Devido ao seu ingresso tardio na fase de industrialização, a economia brasileira terminou por não colher plenamente os mesmos resultados ocupacionais verificados nas sociedades industriais maduras. Reflexo disso é a forte presença, ainda hoje, de ocupações no campo e, cada vez maior, no setor terciário da economia.

Além disso, conforme comparação com as economias avançadas, o Brasil não chegou a registrar o mesmo peso do emprego industrial no total da ocupação. Na Alemanha e Inglaterra, por exemplo, quase 2/5 dos empregos existentes chegaram a ser de responsabilidade do setor industrial.

Nos anos 70, durante o auge da expansão do emprego industrial, o Brasil chegou a possuir cerca de 20% do total dos empregos sob a

⁸ Os dados oficiais nacionais sobre a estrutura ocupacional somente encontram-se disponíveis a partir do Censo de 1940.

responsabilidade da indústria de transformação. Vinte anos depois, a indústria de transformação passaria a responder por menos de 13% do total da ocupação nacional, muito abaixo, portanto, do patamar de emprego industrial encontrado atualmente nas economias avançadas (no mínimo de 18% do emprego total pertence ao setor de manufatura).

Sem ter apresentado uma estrutura ocupacional semelhante à das economias avançadas, o Brasil, a partir de 1990, passou a registrar novas tendências nas ocupações profissionais, como resultado do processo em curso de reconversão econômica. Com a mudança da dinâmica industrial voltada ao mercado interno para a motivação dependente de maior inserção competitiva externa, a economia nacional começou a conviver, pela primeira desde os anos 30, com a perda absoluta e relativa de postos de trabalho na indústria de manufatura. Entre as décadas de 80 e 90, por exemplo, a economia brasileira perdeu próximo a 1,5 milhão de empregos no setor de manufatura.

Em relação ao setor industrial como um todo, que envolve, além do setor de manufatura, a construção civil, verifica-se também uma redução absoluta dos empregos. Essa perda somente não foi maior porque as ocupações no setor da construção civil contrabalançaram, em parte, a destruição dos empregos nas empresas de manufatura. Nesse contexto, qualquer comparação internacional sobre a estrutura ocupacional necessita considerar no Brasil, as distintas bases de evolução do desenvolvimento industrial, inicialmente sustentado pelo setor de manufatura (1930/80) e, recentemente, pelo processo de inserção externa competitiva (pós-1990).

1.3 O aumento na participação relativa das ocupações de serviços

Uma vez identificado o recente movimento de redução do emprego no setor industrial brasileiro, cabe analisar em que medida o setor terciário tem expandido seus postos de trabalho, já que o setor primário (agropecuário) vem, desde os anos 30, reduzindo a sua participação na ocupação total. Reconhecendo que o setor terciário tende a ser muito heterogêneo e que as definições conceituais existentes a seu respeito nem sempre permitem uma real identificação acerca do seu comportamento,

optou-se pela utilização de uma *tipologia* especialmente desenvolvida para analisar as variações ocupacionais urbanas no segmento não-industrial.⁹

A adoção da categoria analítica de serviços e de suas respectivas classes possibilita uma mais adequada distinção das mudanças na composição e evolução ocupacional, bem como uma melhor interpretação acerca das novas tendências das categorias ocupacionais decorrentes do processo brasileiro de reconversão econômica nos anos 90. Para isso, dividiu-se o setor de serviços em 4 classes ocupacionais:

- *distribuição*, como responsável principalmente pelas ocupações em comunicação, transporte e comércio;
- *produção*, como o segmento moderno da sociedade pós-industrial, envolvendo as ocupações de atendimento dos insumos e serviços diretos à produção industrial;
- *social*, como responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo coletivo, envolvendo a educação, segurança e saúde; e
- *pessoal*, como responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo individual, envolvendo lazer, alimentação e embelezamento.

A transposição dessa tipologia para as economias avançadas permite perceber que a queda na participação relativa do emprego nos setores industrial e agropecuário tem sido contrabalançada, em parte, pela evolução das ocupações no setor de serviços. Embora sejam quase todas as classes de serviços que aumentam a participação relativa no emprego total, salvo redução nos serviços de distribuição na Alemanha, Estados Unidos e Japão, deve-se destacar a situação especial dos serviços de produção.¹⁰

Entre as décadas de 70 e 90, por exemplo, os serviços de produção aumentaram, em média, 50% a sua participação relativa na estrutura ocupacional, indicando novas oportunidades ocupacionais associadas às mudanças do paradigma técnico-produtivo. As demais classes de serviço – que podem ser consideradas tradicionais na estrutura de ocupações das

9 A literatura que serviu de base para o acompanhamento da evolução das ocupações nos setores urbanos não-industrial pode ser encontrada em Singelmann (1978); Castells & Aoyama (1994).

10 Os serviços de produção são destacados pela literatura especializada como portadores da modernidade promovida pelo novo paradigma técnico-produtivo. Representam as possibilidades de generalização da produção industrial a partir de uma rede de apoio que determina decisivamente a plena aplicação e desenvolvimento das novas tecnologias. Por conta disso, os serviços de produção tendem a expressar as exigências de novas ocupações profissionais, com trabalhadores multifuncionais e mais qualificados, ao contrário das demais classes de serviços. Sobre isso ver Castells & Aoyama (1994); Daniels (1993) e Gallart & Novick(1997).

economias avançadas – apresentaram comportamentos recentes não muito diferenciados.

Tabela 1
Evolução da distribuição dos empregos por setor econômico em anos e países selecionados
(em %; total = 100,0)

País/Ano	Agrope- cuária	Total da Indústria	Total	Distribuição	Serviços Produção	Sociais	Pessoais
Alemanha							
- Anos 20	33,5	38,9	27,6	11,9	2,1	6,0	7,7
- Anos 70	8,7	47,1	44,2	17,9	4,5	15,7	6,1
- Anos 90	4,1	40,3	55,6	17,7	7,3	24,3	6,3
Brasil							
- Anos 40	66,7	12,8	20,5	8,8	1,1	4,7	5,9
- Anos 70	30,8	27,5	41,7	16,7	1,7	14,2	9,1
- Anos 90	20,9	19,6	59,5	39,3	1,2	14,6	5,6
EUA							
- Anos 20	28,9	32,9	38,2	18,7	2,8	8,7	8,2
- Anos 70	4,6	33,0	62,4	22,4	8,2	22,0	10,0
- Anos 90	3,5	24,7	71,8	20,6	14,0	25,5	11,7
França							
- Anos 20	43,6	29,7	26,7	14,4	1,6	5,3	5,4
- Anos 70	10,3	37,3	52,4	19,3	6,5	19,4	7,2
- Anos 90	6,4	29,5	64,1	20,5	10,0	23,5	10,1
Inglaterra							
- Anos 20	14,2	42,2	56,4	19,3	2,6	8,9	12,9
- Anos 70	4,7	35,7	59,6	19,9	7,5	24,2	8,1
- Anos 90	3,3	27,3	69,4	20,6	12,0	27,2	9,7
Japão							
- Anos 20	56,4	19,6	24,0	12,4	2,6	4,9	5,7
- Anos 70	14,2	33,7	52,1	25,2	6,0	11,6	9,2
- Anos 90	7,2	33,7	59,1	24,3	9,6	14,3	10,2

Fonte: Castells & Aoyama (1994) e FIBGE.

Como se pode observar pela Tabela 1, a classe de serviços de produção, que mantinha uma participação residual na estrutura ocupacional, passou a ter importância destacada nas economias avançadas nesse final do século XX. Para a realidade brasileira, entretanto, a situação do setor de serviços não registra o mesmo comportamento.

Historicamente, o setor de serviços como um todo já apresentava na economia brasileira um inchamento, influenciado pelo efeito combinado do drástico êxodo rural com a geração de empregos no setor industrial insuficiente ao universo de trabalhadores disponível no mercado de trabalho urbano. Em função disso, as alternativas de ocupação e renda no meio urbano terminaram sendo direcionadas para o chamado setor informal, que

abrigava parcelas expressivas de trabalhadores nas ocupações de serviços, sobretudo na classe de distribuição (comércio, comunicações e transportes).

As demais classes de serviços apresentavam peso relativamente menor na estrutura de ocupação, bem inferior ao das economias avançadas. Os serviços sociais, que em países como a Alemanha e os Estados Unidos absorvem cerca 1/4 dos empregos existentes, representam no Brasil menos de 15% do total das ocupações.

Na década de 90, os serviços passaram a responder por mais postos de trabalho, sem compensar, entretanto, a destruição dos empregos verificada tanto no campo quanto na indústria. Atualmente, o aumento do desemprego aberto reflete justamente a incapacidade da economia brasileira gerar expressivos postos de trabalho, não obstante o setor de serviços continuar absorvendo uma parte dos trabalhadores que anualmente ingressam no mercado de trabalho e que são demitidas dos setores industrial e agropecuário.

A classe de serviços que aumentou fundamentalmente o seu peso no total da ocupação no Brasil foi a de distribuição, já que os serviços sociais praticamente mantiveram sua posição relativa e as classes de produção e de serviços pessoais regrediram relativamente. Nesse sentido, convém destacar que a classe de serviços de produção, que já representava uma parcela relativamente pequena dos trabalhadores ocupados, passou a diminuir ainda mais a sua participação no total dos empregos nos anos 90. Esse fato revela que a evolução ocupacional está se distanciando muito da experiência recente das economias avançadas que, ao difundirem o novo paradigma técnico-produtivo, terminam expandindo rapidamente os serviços de produção.

Com base nas informações existentes, observa-se que o processo de reconversão econômica impõe à composição ocupacional brasileira mudanças estruturais. Diante da fragilização das empresas de manufatura, ocasionada pela substituição de parcela importante da produção industrial nacional por estrangeira e pelo ambiente competitivo interno muito desfavorável (juros reais altos, valorização cambial e ausência de política industrial efetiva), percebe-se que a nova tendência nas ocupações profissionais no Brasil não expressa claramente a adoção generalizada do novo paradigma técnico-produtivo.

Com as mudanças na estrutura produtiva nacional nos anos 90, a composição da ocupação passou a acusar uma acentuada diminuição dos

empregos industriais e um aumento dos postos de trabalho no setor de serviços de distribuição. Na classe de serviços de produção, que expressa os esforços de adoção do novo paradigma técnico-produtivo, há queda na participação ocupacional. Isso parece ocorrer fundamentalmente porque há sinais de enfraquecimento do setor industrial brasileira, com a desintegração de algumas cadeias de produção e retrocesso relativo no emprego dos serviços de produção.

2 O avanço dos requisitos nas ocupações profissionais modernas: as expectativas desfeitas no Brasil dos anos 90

Predomina hoje no Brasil, uma verdadeira onda de expectativas oficiais positivas em relação às transformações econômicas em curso. Ela se justificaria, segundo alguns autores¹¹, pelo sucesso do processo de reconversão econômica, que se caracterizaria por uma outra etapa de crescimento sustentado e de maior inserção externa, marcada pela introdução de novos fundamentos competitivos e de expressivos ganhos de produtividade do trabalho.

Tudo isso teria como origem a Política Industrial e de Comércio Externo (PICE) do governo Collor, que teria possibilitado a construção das novas condicionalidades para o processo de modernização nacional, fundadas:

- na **abertura comercial**, que impulsionaria novos padrões e normas internacionais de concorrência e de produção (programas de qualidade total, ISO 9.000, terceirização, reengenharia, entre outros);
- na **reformulação do papel do Estado** (privatização do setor produtivo estatal e reforma da administração pública), que daria agilidade e modernidade ao setor privado e
- na **estabilidade monetária**, que permitiria nova base para expansão da dívida externa e atração dos investimentos estrangeiros.

A partir daí, o Brasil passaria a absorver o novo paradigma técnico-produtivo, como consequência das mudanças realizadas pelas empresas privadas no plano da inovação tecnológica, da gestão da produção e da

¹¹ Para maiores detalhes ver Franco (1996); Bonelli (1996); Levy & Hahn (1996); Amadeo & Villela (1994) e Considera & Silva (1994).

organização do trabalho.¹² Tão logo superada a fase de ajustes econômicos provocada pelo processo de reconversão econômica, o nível de emprego voltaria a crescer, por conta da expansão dos investimentos externos e da modernização tecnológica e produtiva. Os problemas do mercado de trabalho, se existentes, seriam resumidos à precarização das ocupações, à reduzida qualificação profissional e à alta rotatividade da mão-de-obra.¹³ Por conta disso, a intensificação da qualificação profissional desempenharia um papel importante tanto na diminuição do desemprego quanto na adequação da oferta de trabalho às novas exigências das empresas.¹⁴

2.1 A frustração dos anos 80

No passado recente, mais precisamente entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, também foi possível observar a existência de um diagnóstico favorável à difusão das novas tecnologias de base microeletrônica. Naquele período, predominavam os pressupostos de difusão do uso de máquina-ferramenta com controle numérico (CNC) e de robôs pelas empresas brasileiras, assim como as mudanças organizacionais (sistemas CAD/CAM, *just-in-time*) e a generalização dos círculos de controle de qualidade (CCQ), dos grupos semi-autônomos e do *Kanban* representariam um passo adicional na ampla adoção da experiência japonesa de gestão da produção e de organização do trabalho.¹⁵

Entretanto, durante a segunda metade dos anos 80, diante da baixa performance da economia brasileira (processo hiperinflacionário, estagnação da renda per capita e redução dos investimentos como proporção do produto), foi possível perceber o quanto as possibilidades de modernização do parque produtivo nacional estavam distantes da realidade nacional. Não se conseguiu avançar significativamente na automação industrial (com restrito uso de robôs), nem tampouco os esforços de introdução de novos

12 A discussão sobre as possibilidades de difusão do novo paradigma técnico-produtivo nos anos 90 pode ser encontrada em Leite (1993); Humphrey (1993); Gythay (1994); Erber (1991); Amadeo (1993); Githay, Rabelo & Leite (1993).

13 Esses argumentos podem ser encontrados em Urani (1995); Amadeo et al. (1994); Rodrigues (1994); Barros et al. (1996) e Najberg & Vieira (1996).

14 Ver mais sobre os argumentos voltados para a defesa da qualificação profissional no Brasil em Leite (1994); CNI (1993); CUT (1992); Carvalho (1992) e PLANFOR (1996).

15 O debate sobre as perspectivas de difusão do novo paradigma técnico-produtivo e seus efeitos sobre a força de trabalho durante a década de 1980 no Brasil pode ser encontrado em Tauile (1983); Salerno (1985); Abramo (1990); Fleury (1988) e Hirata (1983).

modelos de gestão da produção e de organização do trabalho foram generalizados.¹⁶ Na realidade, vigorou um quadro econômico que foi identificado a uma década perdida, com o perfil de utilização dos novos equipamentos concentrados em poucas empresas, sobretudo nas grandes e internacionalizadas.

2.2 Uma nova frustração nos anos 90?

Tal como nos anos 80, percebe-se hoje a presença de sinais de frustração das expectativas de modernização do parque produtivo difundidas ao longo da primeira metade da década de 90. Há evidências de desestruturação da capacidade produtiva, que impedem uma percepção clara a respeito das reais possibilidades de generalização do novo paradigma técnico-produtivo na economia brasileira.

Tabela 2
Brasil – Evolução da composição dos empregos formais por categorias ocupacionais e por região geográfica em anos selecionados, segundo a estrutura de Classificação Brasileira de Ocupações (em %)

Região	Poder público e diretor de empresa	Serviço administrativo	Outros Serviços	Comércio	Produção industrial	Produção agropecuária	Sem identificação	Total 100,0
Brasil								Absoluto*
1980	15,0	21,3	8,5	6,2	37,2	2,2	9,6	22.928
1989	16,5	21,1	10,5	6,4	33,6	3,6	8,3	25.523
1997	18,3	22,7	15,5	7,2	29,4	4,3	2,6	23.053
Sul								Relativo**
1980	13,8	19,6	7,7	6,8	41,0	2,2	8,9	17,6
1989	14,8	19,7	9,3	7,2	40,3	2,9	5,8	17,2
1997	16,6	21,0	13,3	7,5	36,7	4,3	0,9	17,2
Sudeste								Relativo**
1980	14,9	20,7	8,3	6,3	39,7	1,7	8,4	61,7
1989	16,2	20,9	10,5	6,8	36,0	2,9	6,7	57,9
1997	17,2	22,4	15,4	7,8	31,4	4,0	1,8	55,5
Nordeste								Relativo**
1980	15,6	24,6	8,9	5,5	28,6	4,2	12,6	13,4
1989	20,5	22,7	11,7	5,2	23,5	4,5	11,9	15,4
1997	22,2	23,7	17,5	6,1	21,5	6,1	2,9	16,4
NO e CO								Relativo**
1980	17,5	25,0	10,6	5,6	29,6	1,5	6,8	7,3
1989	18,2	23,8	10,8	5,2	24,1	1,7	16,2	9,5
1997	21,0	24,7	16,5	5,9	19,9	3,4	8,6	10,9

(*) Em mil (total = 100,0); (**) Em % (participação relativa).

Fonte: MTb/Rais/Caged – CBO. Elaboração própria.

16 A literatura especializada que faz uma análise crítica dos anos 80 pode ser encontrada em Ferro (1992); Castro (1993); Silva, Ruas & Antunes (1991) e Carvalho & Schmitz (1990).

Os anos 90 parecem cada vez mais apontar para uma segunda década perdida, diante do crescente desemprego, da contínua concentração da renda, do aumento do endividamento interno e externo e da ausência de desenvolvimento sustentado (baixo crescimento econômico e reduzido patamar dos investimentos). Por conta disso, a incapacidade de geração de novos empregos e o avanço das ocupações precárias inviabilizam a simples associação com as exigências de maior qualificação profissional impostas pelo novo paradigma técnico-produtivo.

Pelo contrário, observa-se que nos anos 90, os grupos ocupacionais que mais melhoraram a sua posição relativa no total da ocupação foram aqueles associados aos serviços básicos, ao comércio e à agropecuária. As categorias profissionais de direção e de nível superior também apresentaram uma melhora relativa no total da ocupação nos anos 90. Mas essa situação, em parte, reflete a maior presença de profissionais mais qualificados no setor público, que até agora ainda não foi objeto de um forte ajuste ocupacional. Isso pode ser alterado com a aprovação da reforma administrativa atualmente em debate no Congresso Nacional.

Tabela 3
Brasil – Evolução dos empregos formais por categorias ocupacionais e por região geográfica em anos selecionados, segundo a estrutura de Classificação Brasileira de Ocupações (em %)

Região	Poder público e diretor de empresa	Serviço administrativo	Outros Serviços	Comércio	Produção industrial	Produção agropecuária	Sem identificação
Sul**							
1980	16,1	16,2	16,0	19,3	19,2	18,0	16,6
1989	15,1	15,9	15,1	19,0	20,3	16,1	21,9
1997	15,6	15,9	14,7	17,8	21,2	17,1	5,5
Sudeste**							
1980	60,9	59,8	60,7	62,4	65,2	50,0	55,3
1989	55,3	56,9	58,0	60,9	61,2	55,7	46,4
1997	52,1	55,0	55,1	59,7	59,3	50,7	39,3
Nordeste**							
1980	14,5	15,5	14,1	11,8	10,3	26,8	17,9
1989	18,8	16,5	17,1	12,3	10,6	22,8	21,9
1997	19,9	17,2	18,6	13,2	12,1	23,2	18,5
NO e CO**							
1980	8,5	8,6	9,2	6,5	5,4	5,2	10,2
1989	10,8	10,7	9,8	7,8	7,9	5,4	9,8
1997	12,4	11,9	11,6	9,3	9,2	9,0	36,6
Brasil*							
1980	3.439	4.884	1.948	1.422	8.529	505	2.201
1989	4.211	5.385	2.680	1.633	8.576	919	2.119
1997	4.218	5.234	3.573	1.660	6.778	991	599

(*) Em mil (total = 100,0); (**) Em % (participação relativa na região geográfica).

Fonte: MTb/Rais/Caged –CBO. Elaboração própria.

No emprego formal houve melhora do ponto de vista do avanço da escolaridade. Em geral, o aumento dos índices de escolaridade não aponta, necessariamente, para a existência de requisitos adicionais no conteúdo dos postos de trabalho, mas, possivelmente, devido à demanda insuficiente de trabalho por parte das empresas. Com o maior desemprego, os empresários terminaram privilegiando na contratação, sobretudo, os trabalhadores mais escolarizados, independente de haver mudanças no conteúdo do posto de trabalho e reflexos na elevação dos salários.

A redução de trabalhadores no *chão* da fábrica não foi contrabalançada pelo aumento do peso dos profissionais de nível superior. Nos anos 90, o país perdeu 1,8 milhão de empregos no setor industrial e aumentou apenas 7 mil vagas nas ocupações superiores. Além disso, a região Sudeste perdeu participação no emprego industrial, as regiões geográficas com menor peso industrial, como Norte/Centro-Oeste e Nordeste elevaram o peso nas ocupações de nível superior.

Tabela 4
Brasil – Evolução dos indicadores de renda, rendimento, emprego e gênero por categoria ocupacional e por região geográfica em anos selecionados, segundo a estrutura de Classificação Brasileira de Ocupação para o emprego formal.

Região	Poder público e diretor de empresa	Serviço administrativo	Outros serviços	Comércio	Produção industrial	Produção agropecuária	Total
% Emprego							
1980	15,0	21,3	8,5	6,2	37,2	2,2	100,0**
1989	16,5	21,1	10,5	6,4	33,6	3,6	100,0**
1997	18,3	22,7	15,5	7,2	29,4	4,3	100,0*
% Renda							
1980	28,5	23,7	4,6	5,5	28,6	1,0	100,0**
1989	30,5	25,2	5,4	4,8	25,5	1,3	100,0**
1995	33,6	24,8	8,1	5,4	23,3	1,5	100,0**
Rendimento*							
1980	6,6	3,8	1,9	3,0	2,6	1,5	3,4
1989	5,3	3,4	1,5	2,2	2,2	1,1	2,9
1995	4,1	2,5	1,2	1,6	1,7	0,8	2,2
% Masculino							
1980	51,9	58,6	63,6	67,4	84,3	85,0	70,3
1989	45,6	53,5	60,7	63,8	82,3	87,0	65,7
1997	43,5	49,8	53,4	61,9	83,0	90,1	62,7
% Feminino							
1980	48,1	41,4	36,4	32,6	15,7	15,0	29,7
1989	54,4	46,5	39,3	36,2	17,7	13,0	34,3
1997	56,5	50,2	46,5	38,1	17,0	9,9	37,3

* Em salário mínimo real de 1980, deflator ICV/DIEESE; ** Inclui os trabalhadores sem identificação.
Fonte: MTb/Rais/Caged – CBO. Elaboração própria.

A região Sudeste, em especial, perdeu participação relativa em todos os grupos ocupacionais, embora ainda continue representando nos anos 90 mais de 50% do total dos postos de trabalho regulares existentes no país. Para a região Sul, por exemplo, caiu a participação relativa do emprego no comércio e nos serviços básicos, enquanto as regiões Centro-Oeste/Norte e Nordeste ampliaram em todos os grupos ocupacionais suas participações relativas.

A evolução do emprego formal, segundo as categorias ocupacionais definidas pela CBO, não foi acompanhada pela plena recuperação dos rendimentos médios reais nos anos 90. Em relação à 1980, por exemplo, o rendimento médio real do conjunto das categorias profissionais encontrava-se, ainda em 1995, muito deteriorado (-35,3%). Os grupos profissionais que mais ampliaram a participação relativa no total da ocupação foram os serviços básicos, caracterizados, em geral, por baixa remuneração.

Outra característica importante das mudanças na composição dos grupos ocupacionais nos anos 90 está associada ao crescimento da participação feminina, sobretudo nos serviços básicos e nas funções de direção e de nível superior. A maior presença da mulher nos empregos formais não se refletiu, contudo, na plena recuperação do rendimento médio real do conjunto das ocupações.

3 Tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil

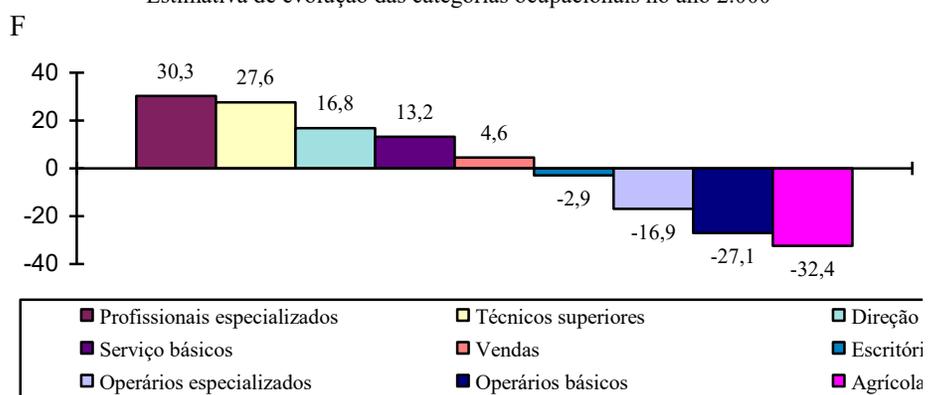
A literatura internacional especializada faz referência às possibilidades de expansão das ocupações que utilizam maior informação, sobretudo aquelas sustentadas por exigências crescentes de escolaridade e qualificação profissional. Em função disso, os perfis ocupacionais para o ano 2.000 tenderiam a estar associados diretamente à necessidade de crescente capacitação tecnológica e de maior conhecimento geral.¹⁷

No próximo século, as categorias ocupacionais vinculadas às profissões especializadas e de técnicos superiores e de direção deverão aumentar bastante a oferta de vagas e oferecer maiores salários, conforme as estimativas realizadas pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. O trabalho agrícola e os postos de trabalho no *chão* da fábrica, em

¹⁷ Sobre maiores informações sobre os novo perfis profissionais ver: Salm & Fogaça (1993) e Meisenheimer II (1998).

compensação, poderão ser as ocupações profissionais que mais diminuirão as ofertas de vagas e, possivelmente, terão os menores salários.

Gráfico 3
Estimativa de evolução das categorias ocupacionais no ano 2.000*



*= *Occupational Projections and Training Data in the USA, 2.005/1980.*
Fonte: *Bureau of Labor Statistics (1997).*

3.1 As ocupações profissionais em alta

A partir da expectativa de difusão das novas tecnologias sobre a estrutura produtiva, bem como suas conseqüências para a evolução das categorias ocupacionais nas economias avançadas, tornou-se necessário avaliar no Brasil qual teria sido a tendência ocupacional durante os anos 90. Para tanto, investigou-se a evolução do emprego formal segundo as categorias de ocupações profissionais definidas pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Pela Tabela 5, a seguir, apresenta-se o registro das 45 ocupações profissionais que mais cresceram nos anos 90. A lista das ocupações em alta concentra-se nas atividades de asseio e conservação, segurança pública e privada, construção civil, comércio, garçons, professores e funcionários públicos. Ou seja, as atividades profissionais, em geral, vinculadas ao setor de serviços básicos (classes de distribuição e social).

Tabela 5
 Brasil – Evolução das 45 ocupações profissionais que mais aumentaram postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações

Categoria ocupacional	Varição	Absoluta	Varição	Relativa
	1989/86	1997/89	1989/86	1997/89
Setor Privado				
Trabalhadores de conservação e limpeza	148.725	458.532	23,8	59,2
Trab. Construção civil e assemelhados	1.249	258.973	1,5	314,0
Professores de ensino de segundo grau	15.213	119.934	4,4	32,9
Trab. Agropecuários polivalentes	104.255	99.477	81,3	42,8
Trabalhadores do comércio e outros	63.086	72.912	32,8	28,6
Cozinheiros e assemelhados	53.228	65.335	26,1	25,4
Trab. de serviços de administtrações	59.734	56.795	32,3	23,2
Receptionistas	34.347	54.966	26,4	33,5
Professores não-classificados	22.322	53.435	20,3	40,4
Garçons, <i>Barmen</i> e assemelhados	45.414	43.116	24,3	18,6
Enfermeiros	8.465	27.486	24,8	64,5
Professores de ensino pré-escolar	18.036	27.379	33,0	37,7
Despachante e cobrador de transporte	33.996	26.139	27,5	16,6
Trab. de serviço de proteção e segurança	9.905	21.741	37,7	60,1
Trab. da pecuária de grande porte	20.019	20.727	90,6	49,2
Padeiros e confeitários	6.084	20.453	7,2	22,6
Magarefes e trabalhador assemelhado	7.854	20.109	19,8	42,2
Telefonistas e telegrafistas	9.201	18.365	13,5	23,7
Prof. e instrutores de formação	6.963	18.276	32,6	64,6
Analista de sistemas	12.594	16.899	39,3	37,9
Gerentes de empresas não-classificados	5.380	16.376	20,6	52,0
Trab. da pecuária de pequeno porte	6.794	16.041	29,4	53,7
Professores de ensino especial	1.158	7.717	24,8	132,5
Técnicos de seguros de comércio externo	471	6.935	32,9	364,4
Trabalhadores de tratamento de madeira	233	6.460	1,8	48,0
Analistas de ocupações e assemelhados	2.664	6.316	41,0	68,9
Técnicos desportivos e assemelhados	2.982	5.447	22,9	34,1
Operadores de máquinas e implementos	421	3.022	5,6	37,8
Locutores e comentaristas de rádio e TV	1.194	2.116	15,8	24,1
Nutricionistas e trab. assemelhados	2.290	2.002	33,4	21,9
Diretores de empresas de comunicação	511	1.892	19,6	60,8
Trabalhadores da floricultura	-413	1.784	-9,4	44,7
Chigarreiros	364	721	12,1	21,4
Escultores, pintores e assemelhados	194	398	15,8	28,0
Atores e diretores de espetáculos	-32	378	-3,1	37,7
Atletas profissionais	-178	367	-8,3	18,7
Agentes de serviços funerários	101	288	9,0	23,5
Setor Público				
Agentes de administração	26.577	207.457	14,2	97,1
Funcionários superiores	11.027	146.866	3,3	42,2
Funcionários administrativos	-42.091	138.788	-7,9	28,1
Guarda de segurança	128.200	72.999	30,2	13,7
Serventuários da justiça	21.403	43.132	42,0	59,6
Agentes superiores da polícia	3.389	7.418	20,7	37,5
Membros superiores do poder judiciário	1.724	3.290	28,9	42,8
Chefes de serviços de correios e telecomunicação	80	267	6,6	20,7

Fonte: MTb/Rais/Caged – CBO. Elaboração própria.

Nos anos 90, as profissões mais concorridas no Brasil não são aquelas que poderiam ser identificadas com as ocupações modernas (profissionais técnicos, técnicos superiores e direção). As atividades profissionais que mais recrutaram trabalhadores não são aquelas associadas aos setores econômicos que poderiam ser objeto de mudanças nos conteúdos dos postos de trabalho e, por conta disso, estariam necessitando de trabalhadores mais qualificados. Aliás, deve-se destacar também que já na década de 80 houve o aumento do emprego em várias ocupações que nos anos 90 registraram forte expansão, como de limpeza, segurança, recepcionista, analistas de sistemas, entre outras.

Em síntese, observa-se que o perfil das ofertas profissionais em alta no país não está necessariamente associado às exigências de maior qualificação profissional. Dado o tipo de demanda de trabalho que mais cresceu nos anos 90, parecem falsas tanto as hipóteses que sustentam existir mudanças generalizadas no conteúdo dos postos de trabalho quanto os argumentos que apontam para a existência do desemprego motivado por uma oferta de trabalho inadequada aos requisitos da contratação empresarial.

3.2 As ocupações profissionais em baixa

O acompanhamento das categorias ocupacionais que mais estão perdendo postos de trabalho na década de 90 no Brasil permite identificar que, em tese, são os empregos associados à maior exigência de qualificação profissional. São, em grande parte, atividades profissionais vinculadas ao setor industrial, que necessitam, em geral, de alguma especialização técnica prévia.

Desde a década de 80, algumas das ocupações em baixa nos anos 90 já vinham apresentando uma evolução negativa, como datilógrafos, operadores de laminação e mineiros. Mas no período recente, as ocupações profissionais que mais perderam postos de trabalho foram as de calçadistas, mestres em manufaturas, carpinteiros, tecelões, torneiros mecânicos, chefes administrativos, entre outras.

Tabela 6
 Brasil – Evolução das 45 ocupações profissionais que mais diminuíram postos de trabalho nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações

Categoria ocupacional	Variação absoluta		Variação relativa	
	1989/86	1997/89	1989/86	1997/89
Setor Privado				
Trabalhadores de calçados	4.416	-47.555	2,0	-21,5
Mestres em manufatura	5.670	-45.966	3,6	-27,1
Carpinteiros	-3.203	-43.535	-2,4	-32,9
Chefes intermediários administrativos	27.951	-42.839	12,8	-17,4
Torneiros, fresadores e retificadores	470	-37.448	0,4	-28,0
Costureiros	-4.799	-34.109	-1,8	-12,3
Datilógrafos, estenógrafos e assemelhados	-10.583	-27.630	-13,9	-42,0
Fiandeiros e trabalhadores assemelhados	2.355	-22.629	3,6	-33,5
Desenhistas técnicos	5.305	-21.281	9,4	-34,5
Trabalhadores de fruticultura	36.966	-19.302	100,1	-26,1
Técnicos de eletric. Eletrônica e telecomunicação	19.436	-18.037	22,9	-17,3
Técnicos de mecânicas	7.078	-18.058	22,7	-47,3
Montadores de equipamentos eletrônicos	-36	-17.593	-0,1	-35,9
Tecelões	-42	-15.230	-0,1	-42,2
Técnicos de química e assemelhados	7.775	-14.802	24,2	-37,1
Soldadores e oxicortadores	307	-14.629	0,3	-14,6
Ceramistas e trabalhadores assemelhados	7.729	-14.436	12,6	-20,8
Trabalhadores de preparação de tecelagem	-192	-14.466	-0,6	-42,5
Trab. fabricação produtos de borracha	8.133	-12.846	23,0	-29,6
Chapeadores e caldeireiros	3.686	-10.337	7,0	-18,3
Trabalhadores de concreto armado	-2.569	-10.256	-5,8	-24,4
Trabalhadores de preparação de fibras	32	-8.287	0,1	-28,4
Engenheiros mecânicos	2.524	-7.264	13,7	-34,7
Ferramenteiros e modeladores de metais	80	-7.131	0,3	-23,0
Maquinistas e foguistas de locomotivas	2.370	-6.826	16,4	-40,5
Vidreiros ceramistas e assemelhados	3.574	-6.632	21,1	-32,3
Fundidores de metais	474	-5.750	2,8	-33,4
Mineiros e canteiros	-4.461	-5.510	-24,0	-39,0
Curtidores de couros e peles e assemelhados	4.369	-5.119	17,8	-17,7
Alfaiates, costureiros e modistas	-1.452	-5.057	-7,5	-28,1
Trab. em madeiras e fabricação de papel e papelão	1.999	-4.725	8,1	-17,7
Joalheiros e ourives	-1.800	-4.132	-13,3	-35,3
Forneiros metalúrgicos	714	-4.045	5,3	-28,7
Operadores de laminação	-6.206	-3.628	-32,2	-27,8
Sapateiros	-3.719	-3.317	-27,3	-33,4
Tecelões de malhas	141	-3.105	1,1	-23,7
Técnicos têxteis	755	-2.230	28,5	-65,5
Sondadores de poços de petróleo e gás	-874	-2.118	-16,8	-48,9
Pescadores industriais	-1.119	-1.638	-22,5	-42,6
Engenheiros metalúrgicos	1.218	-1.620	48,8	-43,6
Operadores de coqueria	597	-1.016	39,0	-47,7
Chapeleiros	-269	-973	-14,8	-63,1
Ortoptistas e ópticos	-1.275	-902	-33,3	-35,4
Gravadores de vidro	-59	-824	-4,8	-70,5
Confeccionadores de instrumentos musicais	-317	-701	-12,6	-32,0

Fonte: MTb/Rais/Caged – CBO.

A desarticulação de parte das cadeias produtivas, decorrente do processo de reconversão econômica, pode ajudar a explicar porque essas ocupações encontram-se atualmente em baixa, pois tratam-se de empregos que exigem mais qualificação profissional do que os postos de trabalho que mais crescem no país. As vagas abertas são, em grande parte, tradicionais, com exigência não muito elevada de qualificação profissional. Através da Tabela 6, pode-se observar a evolução das 45 categorias ocupações profissionais que mais postos de trabalho perderam nos anos 90.

3.3 A evolução dos rendimentos médios reais nas ocupações profissionais

O poder aquisitivo dos salários nos anos 90 ainda permanece, em média, abaixo do da década de 80. Tomando-se como referência o salário mínimo de 1986, percebe-se que a maioria das ocupações profissionais selecionadas apresentam, em 1995, um rendimento médio real inferior.

A média real dos rendimentos referentes ao conjunto de ocupações que apresentaram as maiores variações ocupacionais nos anos 90 foi de 2,35 salários mínimos em 1995, quando em 1986 era de 3,56 salários mínimos (34% menor). No setor privado, a média real dos rendimentos era de 1,73 salários mínimos em 1995 (contra 2,80 sm em 1986), enquanto no setor público a média real era de 4,25 salários mínimos em 1995 (contra 5,45 sm em 1986). A categoria profissional dos técnicos e analistas de seguros foi a que apresentou o menor rendimento médio real em 1995 quando comparado ao de 1986, enquanto a ocupação de membros do poder judiciário foi a que registrou o maior rendimento médio real de 1995, em paralelo ao de 1986.

As ocupações profissionais que mais diminuíram postos de trabalho nos anos 90 também tiveram, em 1995, um rendimento médio real inferior ao de 1986, estimado em 33,1% (3,34 sm em 1995 contra 4,99 sm em 1986). As ocupações com maiores diferenças entre os rendimentos médios nos anos de 1986 e de 1995 foram as de sondadores de poços de petróleo e gás e a de trabalhadores de fruticulturas, enquanto as ocupações profissionais de chapeleiro e charuteiro foram as que menores diferenças apresentaram no mesmo período de tempo.

Tabela 7
 Brasil – Variação do rendimento médio* nas ocupações profissionais que mais cresceram nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações

Categoria Ocupacional	Rendimento médio		Variação
	1986	1995*	1995/86
Total do setor privado	2,80	1,73	-38,2
Trab. de serviços de conserv. de edifícios	1,51	0,94	-37,7
Professores de ensino de segundo grau	4,31	2,76	-36,0
Cozinheiros e assemelhados	1,87	1,13	-39,6
Trabalhador do comércio e outros	1,68	1,14	-30,1
Trabalhador de serviços administrativos	1,96	1,48	-24,5
Garçons, <i>Barmen</i> e assemelhados	1,70	1,09	35,9
Recepcionistas	2,38	1,42	-40,2
Trab. agropecuários polivalentes	1,67	0,85	-50,7
Despachante e cobrador de transporte	2,10	1,64	-21,7
Professores não-classificados	6,03	3,62	-40,0
Padeiros e confeitores	1,72	1,21	-29,4
Trab. construção civil e assemelhados	2,66	1,18	-55,7
Telefonistas e telegrafistas	3,38	2,11	-37,6
Professores de ensino pré-escolar	2,23	1,82	-18,6
Magarefes e trabalhador assemelhado	1,80	1,41	-21,2
Enfermeiros	6,45	4,07	-36,8
Analista de sistemas	17,12	10,65	-37,8
Trab. de serviço de proteção e segurança	4,03	2,91	-27,8
Gerentes de empresas não-classificados	16,55	10,98	-33,7
Trab. da pecuária de pequeno porte	1,56	0,94	-39,4
Trab. da pecuária de grande porte	1,49	0,91	-39,1
Prof. e instrutores de formação	5,62	2,82	-49,8
Trabalhadores de tratamento de madeira	1,53	0,98	-35,8
Técnicos desportivos e assemelhados	3,76	2,76	-26,6
Operadores de máquinas e implementos	2,33	1,57	-32,5
Locutores e comentaristas de rádio e TV	3,89	1,89	-48,6
Nutricionistas e trab. assemelhados	5,91	3,88	-34,3
Analistas de ocupações e assemelhados	11,15	7,14	-36,0
Professores de ensino especial	4,57	2,23	-51,2
Trabalhadores da floricultura	3,12	2,47	-20,8
Chigarreiros	2,75	2,87	4,36
Diretores de empresa comunicação	11,56	13,55	17,2
Atletas profissionais	6,50	3,80	-41,5
Técnicos de seguros no comércio externo	13,70	5,79	-57,7
Escultores, pintores e assemelhados	3,55	2,54	-28,5
Agentes de serviços funerários	2,63	1,52	-42,1
Atores e diretores de espetáculos	7,85	8,14	3,6
Total do setor público	5,45	4,25	-22,0
Funcionários administrativos	5,25	3,04	-42,0
Agentes de administração pública	4,01	3,42	-14,7
Funcionários públicos superiores	5,91	5,24	-11,3
Serventuários da justiça	6,44	6,71	4,2
Agentes supervisores da polícia	12,65	10,53	-16,8
Membros superiores do poder judiciário	15,27	18,41	20,5
Chefes de serviços de correios e telecom.	4,61	5,48	18,9
Total	3,56	2,35	-34,0

* Em salário mínimo real de 1986, deflator ICV/DIEESE.

Fonte: MTb/Rais/Caged.

Tabela 8
 Brasil – Variação do rendimento médio* nas ocupações profissionais que mais decresceram nos anos 90, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações

Categoria ocupacional	Rendimento médio		Varição
	1986	1995*	1995/86
Chefes intermediários e administrativos	10,93	6,12	-44,0
Trabalhadores de calçados	1,91	1,21	-38,3
Carpinteiros	2,71	1,67	-38,4
Torneiros, fresadores e retificações	5,49	3,57	-35,0
Soldadores e oxicultores	4,31	2,83	-34,3
Técnicos de eletrônica e telecom.	9,46	7,47	-21,0
Datilógrafos, estenógrafos e assemelhados	2,85	2,09	-26,7
Fiandeiros e trabalhadores assemelhados	2,32	1,63	-29,7
Ceramistas e trabalhadores assemelhados	1,85	1,30	-29,7
Desenhistas técnicos	8,00	5,28	-34,0
Chapeadores e caldeiros	4,69	3,19	-32,0
Montadores de equipamentos eletrônicos	2,62	2,07	-20,9
Trabalhadores de concreto armado	2,59	1,77	-31,7
Trabalhadores de fruticultura	1,82	0,77	-57,5
Tecelões	2,83	1,80	-36,3
Trab. fabricação produtos de borracha	2,64	2,09	-21,0
Trabalhadores de preparação de tecelagem	2,30	1,64	-28,6
Técnicos de química e assemelhados	7,55	5,40	-28,5
Técnicos de mecânica	9,59	7,28	-24,1
Ferramenteiros e modeladores de metais	7,75	6,02	-22,3
Trabalhadores de preparação de fibras	2,27	1,69	-25,4
Trab. em madeira e fabricação de papel e papelão	2,46	1,82	-26,2
Curtidores de couros e peles e assemelhados	2,38	1,55	-35,0
Alfaiates, costureiros e modistas	1,91	1,42	-25,5
Operadores de laminação	3,46	2,99	-13,5
Mineiros e canteiros	2,88	1,78	-36,4
Engenheiros mecânicos	19,1	13,64	-28,6
Vidreiros ceramistas e assemelhados	9,17	7,56	-17,6
Fundidores de metais	4,24	2,90	-31,7
Maquinistas e foguistas de locomotivas	6,73	6,42	-4,65
Sapateiros	1,87	1,25	-33,1
Joalheiros e ourives	1,89	1,37	-27,3
Forneiros metalúrgicos	4,13	3,30	-20,1
Tecelões de malhas	2,47	1,73	-30,0
Sondadores de poços de petróleo e gás	9,73	3,48	-64,2
Pescadores industriais	1,44	1,04	-27,8
Ortopistas e ópticos	2,77	1,72	-37,9
Técnicos têxteis	9,60	6,44	-32,9
Confeccionadores de instrumentos musicais	2,39	1,83	-23,5
Engenheiros metalúrgicos	18,34	13,47	-26,5
Chapeleiros	1,81	1,69	-6,4
Operadores de coqueria	5,80	4,59	-20,8
Gravadores de vidro	3,03	2,15	-29,1
Charuteiros	1,47	1,24	-15,7
Total	4,99	3,34	-33,1

* Em salário mínimo real de 1986, deflator ICV/DIEESE.

Fonte: MTb/Rais/Caged – CBO.

Caberia destacar, por fim, que o rendimento médio real do conjunto selecionado das categorias ocupacionais que mais perderam postos de trabalho (3,34 sm) foi, em 1995, 42,6% superior ao rendimento médio real do conjunto selecionado das categorias ocupacionais que mais criaram vagas nos anos 90 (2,35 sm). Em outras palavras, pode significar que, em geral, as ocupações em alta no período recente tenderam a receber um rendimento médio relativamente menor do que as ocupações que estão em baixa no Brasil.

Considerações finais

Nas páginas anteriores, procurou-se diagnosticar os efeitos do processo em curso de reconversão econômica sobre a evolução das ocupações profissionais no Brasil. As mudanças verificadas na estrutura ocupacional não permitem observar claramente os efeitos decorrentes da difusão do novo paradigma técnico-produtivo. Os postos de trabalho abertos no setor de serviços tenderam, em sua maior parte, a se concentrar na classe de distribuição, tendo os serviços de produção reduzido a sua participação relativa no total da ocupação.

Em função disso, a evolução das ocupações no período recente no Brasil aponta para uma direção distinta da verificada nas economias avançadas, que tendeu a registrar maiores avanços nas ocupações profissionais voltadas para os serviços de produção. Isso parece ocorrer porque a capacidade de adoção e difusão do novo paradigma técnico-produtivo está diretamente associado ao fortalecimento dos setores industriais e, por consequência, dos serviços de produção. Esses mesmos dois setores não estão sendo fortalecidos pelo processo de reconversão econômica brasileira.

Ao invés de reproduzir internamente o novo paradigma técnico-produtivo – que tende a exigir, de fato, conhecimentos educacionais mais amplos do trabalhador –, o processo em curso de reconversão econômica está levando, não apenas à desintegração de parcela importante das cadeias produtivas, mas, principalmente, ao aprofundamento do movimento de desestruturação do mercado de trabalho. A partir disso, pode-se concluir que predomina no país a evolução das ocupações profissionais muito distinta das positivas expectativas oficiais, reafirmadas constantemente sobre o futuro

das profissões e as novas exigências de contratação de trabalhadores pelos empresários. Parece haver uma crescente contradição no discurso oficial quando comparado à realidade nacional do mercado de trabalho, pois as tendências recentes das ocupações profissionais indicam que o fechamento dos postos de trabalho ocorre mais sobre as atividades que, pelo menos em tese, exigem mais qualificação profissional do que as vagas que estão sendo abertas. Tratam-se, na realidade, de postos de trabalho de serviços básicos, em geral, com baixo grau de especialização técnica, precárias condições de trabalho e reduzida remuneração.

Em síntese, verifica-se que estão sendo destruídas as ocupações profissionais de mestres em manufatura, torneiros mecânicos, engenheiros metalúrgicos, tecelões e desenhistas técnicos, entre outras, e sendo abertas as ocupações profissionais de cozinheiros, recepcionistas, seguranças, garçons e atletas profissionais nos setor privado e de agentes administrativos, membros superiores no poder judiciário e supervisores de polícia no setor público. Além de sugerirem uma menor necessidade de qualificação profissional, as ocupações em alta tendem a remunerar abaixo das ocupações que estão sendo mais reduzidas no Brasil.

Não pode haver dúvidas que num país marcado pelo atraso educacional, todo esforço no sentido de elevar a escolaridade e ampliar a formação profissional do trabalhador deve ser visto positivamente. O lamentável, todavia, é que atualmente a sua justificativa encontra-se apoiada num falso argumento de resolução do problema do desemprego no Brasil através da educação. Esse argumento não encontra sustentação nos informações apresentadas pela presente pesquisa.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, L. *Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1990.
- AMADEO, E., VILLELA, A. Crescimento da produtividade e geração de empregos. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 1994.
- _____ et al. A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980. In: IPEA. *Instituições trabalhistas e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 1994.
- BANCO MUNDIAL. *O trabalho na economia global*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

- BARROS, P. et al. *O impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- BELL, D. *The coming of postindustrial society*. New York: Basic Books, 1973.
- BONELLI, R. *Cenários macroeconômicos para a economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- CARVALHO, R., SCHIMITZ, H. O fordismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 3, 1990.
- _____. *Projeto de primeiro mundo com conhecimento e trabalho do terceiro?* Campinas: DPCT/IG/UNICAMP, 1992.
- CASTELLS, M., AOYAMA, Y. Hacia la sociedad de la información. *RIT*, Ginebra, v. 113, n. 1, 1994.
- CASTRO, N. *Modernização tecnológica e trabalho industrial no complexo automotivo brasileiro*. São Paulo: CEBRAP, 1993.
- CNI. *Educação básica e formação profissional*. Salvador: CNI, 1993.
- COHEN, S., ZYSMAN, J. *Manufacturing matters*. New York: Basic Books, 1987.
- CONSIDERA, C., SILVA, A. *Crescimento, emprego, produtividade e distribuição de renda*. In: IPEA. *Brasil no fim do século*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- CUT. *A educação e os trabalhadores*. São Paulo: Scritta, 1992.
- DANIELS, P. *Service industries in the world economy*. Oxford: Blackwell, 1993.
- DE BANDT, J. *Les services dans les sociétés industrielles avancées*. Paris: Economica, 1985.
- ERBER, F. A política industrial; paradigmas teóricos e modernidade. In: TAVARES, M. et al. (Org.). *Aquarela do Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo de Cultura, 1991.
- FERRO, J. A produção enxuta no Brasil. In: WOMACK, J. et al. (Org.). *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FLEURY, A. Microeletrônica e organização da produção e do trabalho na empresa. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 2, n. 3, 1988.
- FORESTER, T. *High tech society*. Oxford: Blackell, 1987.
- FRANCO, G. *A inserção externa e o desenvolvimento*. Brasília: Banco Central, 1996.
- GITHAHY, L. et al. *Relações de trabalho, política de recursos humanos e competitividade*. Campinas: UNICAMP, 1993. (Relatório de pesquisa).

- GITHAHY, L. et al. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1994.
- HIRATA, H. Receitas japonesas, realidade brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 2, 1983.
- HUMPHREY, J. The impact of 'japanese' management techniques on labor in brazilian manufacturing. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 1993.
- LEITE, E. *O resgate da qualificação*. São Paulo: USP, 1994. (Mimeo.).
- LEITE, M. *Modernização tecnológica e relações industriais no Brasil; o quadro atual*. Campinas, 1993. (Mimeo.).
- LEVY, P., HAHN, L. *A economia brasileira em transição; o período 1993/96*. In: IPEA. *A economia brasileira em perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- LYON, D. *The information society*. Cambridge: Polity Press. 1988
- MEISENHEIMER II, J. The services industry in the 'good' versus 'bad' jobs debate. *Montly Labor Review*, Washington, v. 121, n. 2, 1998.
- MONK, P. *Technological change in the information economy*. London: Pinter Publishers, 1987.
- NAJBERG, S., VIEIRA, S. *Emprego e crescimento econômico*. Rio de Janeiro: BNDES, 1996. 1996. (Texto para Discussão, n. 48).
- NOVICK, M., GALLART, M. *Competitividad, redes productivas y competencias laborales*. Montevideo: CIENTEFOR/OIT, 1997.
- PLANFOR. *Termos de referência dos programas de educação profissional*. Brasília: MTb, 1996.
- POCHMANN, M. Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, Recife, 1997. *Anais...*
- _____. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90; uma análise regional. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 9, 1998.
- RODRIGUES, M. Mercado de trabalho; começo da recuperação. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v 48, n. 10, 1994.
- RUAS, R., ANTUNES, J. *Mudança técnica e gestão do trabalho em indústrias tradicionais*. São Paulo: ABET, 1991.
- SALERNO, M. Produção, trabalho e participação. In: FLEURY, M., FISHER, R. (Org.). *Processo e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.
- SALM, C., FOGAÇA, A. *Competitividade, educação e qualificação*. Campinas: UNICAMP. IE, 1993. (Relatório de Pesquisa).

- SALM, C. et al. Emprego e desemprego no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 45, 1996.
- SILVA, E. *Refazendo a fábrica fordista*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SINGELMANN, J. *The transformation of industry*. Beverly Hills: Sage, 1978.
- TAUILE, R. *Máquinas-ferramentas com controle numérico e seus efeitos sobre a organização da produção*. Rio de Janeiro: UFRJ. IEI, 1983.
- TOURAINÉ, A. *La société post-industrielle*. Paris: Denoël, 1969.
- URANI, A. Tendências recentes da evolução da ocupação no Brasil. In: FERNANDES, R. (Org.). *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: LTr, 1995.